



IV SINGEP

Simposio Internacional de Gest3o de Projetos, Inova3o e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

Evidencia3o Dos Indicadores E Investimentos Socioambientais De Uma Empresa No Ramo De Energia

WANUBIA SOARES CIRIACO WEBSTER

Centro Universit3rio Est3cio do Cear3
wanubia_soares@hotmail.com

ALEXANDRA ALENCAR SIEBRA

Universidade Federal do Cear3
alexandra.siebra@estacio.br

WELYNADIA RODRIGUES PEREIRA

Universidade de Fortaleza
welynadiarodrigues@gmail.com



EVIDENCIAÇÃO DOS INDICADORES E INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS DE UMA EMPRESA NO RAMO DE ENERGIA

Resumo

As organizações veem a necessidade de publicar suas informações relativas a interação com o meio ambiente, apesar da não obrigatoriedade, não evidenciá-las acaba gerando desvantagem competitiva. Este trabalho teve como objetivo analisar os relatórios sociais e de sustentabilidade de uma empresa no ramo de energia, destacando a evidenciação dos indicadores e investimentos socioambientais, com um enfoque no posicionamento da legislação e demonstrando a importância da contabilidade ambiental. A metodologia adotada é de origem qualitativa e descritiva, baseando-se em pesquisas bibliográficas. Como resultado desta análise, verificou-se que as despesas com gestão ambiental foram reduzidas e que no âmbito social, o custo com pessoal tem se elevado mesmo com a quantidade de colaboradores sendo reduzida ao longo do período, os dados expostos nos relatórios, constitui referência para avaliação do desempenho social, ambiental, econômico e que os indicadores apontam variações ao longo do período, que no futuro poderão auxiliar em tomada de decisões mais precisas. O estudo de caso revela que a evidenciação ambiental auxilia no aumento de comunicação entre empresa e sociedade. Este artigo aponta a necessidade de registrar as informações relativas a investimentos ambientais atreladas às demonstrações contábeis, dando maior confiabilidade aos dados expostos nos relatórios socioambientais publicados.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental, Indicadores Socioambientais, Relatório de Sustentabilidade.

Abstract

Organizations see the need to publish their information on the interaction with the environment, despite the obligation, does not highlight them ends up generating a competitive disadvantage. This work had as objective to analyze the social and sustainability reports for a company in the field of energy, highlighting the presentation of indicators and environmental investments, with a focus on placing the legislation and demonstrating the importance of environmental accounting. The adopted methodology is qualitative and descriptive origin based on bibliographic searches. As a result of this analysis, it was found that the cost of environmental management were reduced and that in the social scope, the personal cost has been high even with the amount of employees being reduced over the period, the data exposed in reports, constitutes a reference for assessing the social, environmental, economic performance and indicators indicate variations over the period, which in the future will be able to assist in decision-making. The case study reveals that the presentation helps increase environmental communication between enterprise and society. This article points out the need to record the information concerning environmental investment linked at financial statements, giving greater reliability to data exposed in environmental reports published.

Keywords: Environmental Accounting, Environmental Indicators, Sustainability Report.



1 Introdução

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, iniciada em cinco de junho de 1972, marcou uma etapa muito importante na ecopolítica internacional. Esta foi basicamente a primeira grande reunião organizada para concentrar-se as questões ambientais e a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente, visto que a ação antrópica gera séria degradação ambiental, criando severos riscos para o bem estar e sobrevivência da humanidade (RIBEIRO, 2010).

Como descreve Da Costa (2012) durante um período, as organizações preocuparam-se apenas com a eficiência de seus sistemas produtivos. Essas noções revelaram-se equivocadas nos dias de hoje, pois ficaram evidentes que o contexto de atuação das empresas torna-se a cada dia mais complexo devido à crescente e assustadora degradação ambiental.

Como aborda Loureiro (2009) desde a revolução Industrial a economia está baseada na disponibilidade de recursos energéticos, o que condiciona o desenvolvimento de todas as nações. A energia possui múltiplas dimensões econômicas, ocupando um papel de destaque no processo de definição das estratégias empresariais e na agenda de políticas governamentais, sendo um tema que está sempre em evidência.

Na continuidade deste pensamento, a contabilidade se configura como um fator importante, pois a área da contabilidade ambiental possui potencial para auxiliar os gestores no sistema de gestão ambiental, para demonstrar, através de relatórios diversos a responsabilidade da empresa com relação ao meio ambiente. Estes relatórios devem apresentar, de forma transparente, as diversas ocorrências, como os gastos com os controles ambientais, segregados em prevenção e remediação, para auxiliar na visualização de obrigações futuras por conta de seu reconhecimento no passado (FREITAS, 2006).

Neste sentido, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Qual a importância da Contabilidade Ambiental, através dos seus indicadores, na evidência do desenvolvimento socioeconômico e socioambiental? O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar informações relativas à evidência dos indicadores e investimentos socioambientais de uma empresa no ramo de energia. Os objetivos específicos são: relatar a importância da contabilidade ambiental como ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico; demonstrar o posicionamento da Legislação brasileira com relação à evidência das informações ambientais e por fim comparar os indicadores e investimentos socioambientais da empresa em questão evidenciados no período de 2012 a 2014.

2. Referencial Teórico

Segundo Ribeiro (2010), aos olhos da sociedade, carente de medidas voltadas à qualidade ambiental, não basta executá-las; é preciso que sejam divulgadas, para refletir as ações da empresa, e para que a sociedade assume seu papel de fiscal da conservação e proteção do meio ambiente.

Ante as imposições governamentais, as pressões da sociedade e o risco de lucros reduzidos por penalidades, devido à ausência de tecnologias adequadas para minimizar, se não evitar, a emissão de agentes poluentes, as empresas buscam promover discussões e pesquisas que viabilizem reduzir o nível de poluição. O cerne deste tema passa a ser a consecução da convivência pacífica entre a boa qualidade do meio ambiente e o



desenvolvimento econômico, visto que se trata de variáveis dependentes entre si. (RIBEIRO, 2010).

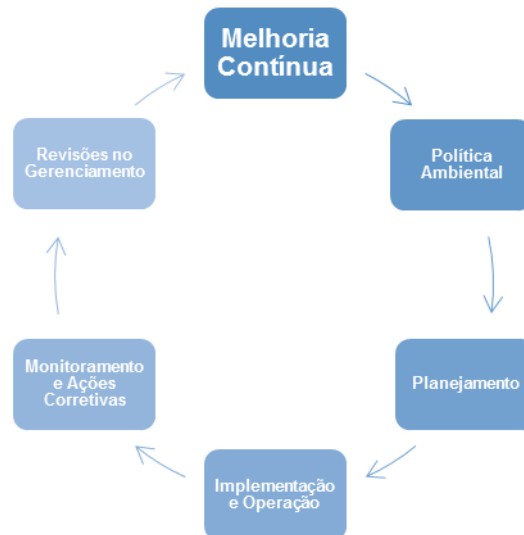
De acordo com Kraemer (2001), empresas experientes identificam resultados econômicos e resultados estratégicos do engajamento da organização na causa ambiental. Estes resultados, porém, não se viabilizam de imediato. Há a necessidade de que sejam corretamente organizados e planejados para a interiorização da variável ambiental na organização, para que ela possa atingir o conceito de excelência ambiental, trazendo com isso vantagem competitiva.

Segundo Marion e Da Costa (2007) a contabilidade pode ser vista como um importante instrumento para controlar e proporcionar melhores decisões sobre as atividades das empresas. As informações ambientais são de interesse de todos os grupos de usuários, como os fornecedores, o Governo, os Bancos, investidores a sociedade etc., uma vez que afetam direta ou indiretamente o patrimônio das empresas.

Dentro deste contexto, Ferreira (2014) afirma que a contabilidade é de suma importância neste cenário onde as organizações estão preocupadas em evidenciar suas ações. Gerenciar o meio ambiente requer conhecimento específico. Quando se consegue entender esse processo de gestão, mais facilmente se pode desenvolver um sistema adequado a registrar, medir e relatar suas ações.

A Energia de Portugal – EDP reconhece os impactos decorrentes de sua atividade operacional no meio ambiente. A gestão da companhia mensura e gere seus impactos, dentro dos seus limites e nas comunidades que estão ao redor de seus empreendimentos. Uma das estratégias foi a instalação do sistema de gestão ambiental nas áreas de negócio, com base na norma ISO 14001.

Figura 1- Ciclo do Sistema de Gestão Ambiental norma ISO 14001.



Fonte: Souza, Heinen e Mezzomo (2012).

A partir do século XXI os indicadores ambientais juntaram-se aos indicadores econômicos e sociais no conjunto de informações necessárias para a análise da qualidade de vida das populações, somente a partir dos anos sessenta e setenta que se começa a dar importância aos índices ambientais (LIMA, 2015).

Sendo assim, para que o conceito de desenvolvimento sustentável seja aplicado, se faz necessário o estabelecimento de indicadores, metas e objetivos. Diante disso, o Painel Nacional de Indicadores Ambientais-PNIA (2012) descreve que, os indicadores ambientais devem, na medida do possível, responder a três funções principais: A função científica



(avaliar o estado do meio ambiente), a função política (contribuir para identificar prioridades e avaliar o desempenho das políticas públicas setoriais, permitindo evitar o desperdício de recursos e o desencontro das expectativas com a sociedade) e a função social (facilitar uma comunicação e incentivar a responsabilidade ambiental dos fatores sociais).

De acordo com o Ministério do meio ambiente¹, indicadores são informações quantificadas, de fácil compreensão, utilizadas nos processos de decisão em todos os níveis da sociedade, úteis como ferramentas de avaliação de certos fenômenos, apresentando suas tendências e progressos que se alteram. Permitindo a simplificação do número de informações para se lidar com uma dada realidade por representar uma medida que ilustra e comunica um conjunto de fenômenos que levem a redução de investimentos em tempo e recursos financeiros.

2.1 Contabilidade Ambiental

Segundo Da Costa (2011, p. 29), a contabilidade ambiental surgiu em 1970, quando as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas do meio ambiente. Ainda para o autor, Contabilidade ambiental é a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto, ou serviço, pode trazer ao meio ambiente, são ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente.

É reforçada a importância da contabilidade ambiental no Manual de Orientação Contábil, Financeira e de Relatórios Ambientais-guidance Manual *Accounting and Financial Reporting For Environmental*, elaborado pela Organização das Nações Unidas (GENEBRA 2012, p. 11):

A contabilidade ambiental e os relatórios ambientais de uma empresa são importantes e essenciais em vários aspectos. A contabilidade Gerencial dá suporte aos gestores para planejar as atividades empresariais, avaliar o desempenho ambiental e a rentabilidade, isso inclui sistemas completos para a identificação e monitoramento de relatórios corporativos. O interesse dos proprietários é no estado dos ativos e desempenho operacional, os mesmos procuram proteger-se de passivos ambientais.

Dentro deste contexto Da Costa (2011, p. 3) afirma que talvez não no nível desejado e necessário, mas há um movimento crescente de conscientização, inclusive nas empresas, uma vez que tais aspectos, mesmo nas atividades industriais e comerciais com fins lucrativos, devem ser observados com vistas a um desenvolvimento sustentável.

Segundo Kraemer (2014) uma empresa tem passivo ambiental quando ela agride, de algum modo o meio ambiente, e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação, aprovado oficialmente ou de sua própria decisão. Ainda de acordo com Kraemer (2014) os passivos ambientais representam toda e qualquer obrigação de curto e longo prazo, destinadas única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

Para Tinoco e Kraemer (2011) os passivos ambientais nem sempre resultam de fatos negativos, informam que mesmo que existam ações ambientalmente responsáveis, tais passivos podem surgir, como por exemplo, gastos com campanhas de conscientização ambiental ou compra de uma máquina com o intuito de reduzir gases poluentes.

Já os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos



futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental. Com o intuito de demonstrar seu empenho na preservação do meio ambiente, eles devem ser segregados em linha à parte das demonstrações contábeis. Assim, não apenas a empresa deixaria transparecer suas ações como, ao mesmo tempo permitiria ao usuário avaliar informações e compará-las aos demais elementos que compõem tais demonstrações (RIBEIRO, 2010).

Segundo Da Costa (2012, p. 54) as características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas devem compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente. O autor prossegue informando “são considerados ativos ambientais todos os bens e direitos destinados da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo”.

Atualmente são poucas as empresas que divulgam informações aos usuários da sua relação com o meio ambiente. E quando as fazem, na maioria dos casos, é por intermédio dos relatórios da administração, ou do balanço social, sendo que este apresenta pouca abrangência (DOS SANTOS; AMORIM; PIRES, 2007).

Para ser divulgada sua conduta ambiental, Da Costa (2012 p. 48) afirma que “A empresa precisará adotar um relatório contábil de fácil assimilação pelos mais diversificados setores da sociedade, caso contrário seus ativos aplicados não terão o efeito desejado, frustrando, dessa forma, as expectativas da direção”.

Corroboram Monteiro e Ferreira (2012) ao afirmarem que:

As empresas têm se utilizado de diversos recursos, que vão desde campanhas de marketing até a divulgação de ações sociais e ambientais, passando pela criação de departamentos para gerir as questões socioambientais. Entre os relatórios utilizados podem-se citar o Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e os relatórios ambientais.

Destarte, a importância da contabilidade ambiental tem crescido para as entidades em geral, diante de um mercado que não mais aceita descasos com os recursos naturais. A escassez destes recursos tornam-se debates no meio social e econômico em todo mundo, e a evidenciação do seu reconhecimento nos relatórios é de suma importância para a sociedade.

2.2 Legislação Ambiental

O simples comprometimento com as questões socioambientais podem ser insuficientes para garantir que as empresas de fato direcionem de maneira correta seus esforços em recuperar, diminuir e preservar o meio ambiente. Atualmente no Brasil, a legislação ainda está em processo de estruturação, contudo, grandes avanços estão sendo conquistados.

De acordo com Marion e Da Costa (2007) a necessidade de serem regulamentadas as questões ambientais ainda contribuiu para a criação dos certificados ISO (*International Organization for Standardization*) de qualidade, nos quais a postura de policiamento das atividades ligadas ao meio ambiente foi substituída pela premiação das empresas com maior comprometimento ambiental. Essa certificação representa um atestado público, de forma escrita, em que produtos, processos e serviços recebem a garantia de estarem em conformidade com os requisitos específicos. Porém, o simples fato de a empresa possuir certificado ISO, não quer dizer que ela não polua.



A legislação ambiental, a lei 9.605/98, conhecida como Lei de crimes ambientais, estabelece as sanções penais e administrativas para os que cometerem infrações contra o meio ambiente, considerando como infrator tanto a pessoa jurídica como a pessoa física responsável pelas ações das empresas. Caso a empresa ou as pessoas responsáveis por suas ações perceberem que as informações ambientais levantadas estão fora dos padrões estabelecidos pela legislação, ou por qualquer outro motivo, tentarem omiti-las, podem incorrer em um ato criminoso, além de ser responsabilizada civil e penalmente (MARION e DA COSTA, 2007).

Existem órgãos que fiscalizam e protegem o meio ambiente e a forma como as empresas disponibilizam informações ou aplicam as regras. Um desses órgãos é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), criado pela lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, consagrou como uma autarquia de regime federal. Outro órgão de uma atuação intensa é CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), que visa recepcionar as diferenças de ideias do país, disponibilizando um espaço para as mudanças ambientais. O conselho foi criado a partir da lei nº 6.938/98.

No Brasil a evidenciação ambiental não é obrigatória, porém existem algumas recomendações para a divulgação ambiental, como o Parecer de Orientação nº. 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM, s.d.), a Norma e Procedimento de Auditoria nº. 11 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON, 1996), a Resolução nº. 1.003/04 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2004) que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº. 15 (BEUREN; DOS SANTOS e GAUBIANI, 2010).

Segundo o Manual de contabilidade do Setor Elétrico (2013), elaborado pela ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica, as empresas no ramo de energia elétrica, deverão manter registros suplementares que permitam identificar todos os gastos com o meio ambiente, seja no resultado do exercício, no ativo ou no passivo, devendo mencionar em nota explicativa às demonstrações contábeis os detalhes dos aspectos envolvidos: investimentos previstos e realizados, projetos, etc.

Ainda sobre o que descreve a ANEEL (2013), os gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais, bem como os gastos com reflorestamento e estações de piscicultura para atender às necessidades de proteção e recuperação ambiental, deverão ser registrados de acordo com o referido manual.

3. Metodologia

O trabalho realizado é de natureza qualitativa e descritiva, e tem como finalidade específica demonstrar a forma como são evidenciados os indicadores e investimentos socioambientais de uma empresa no ramo energético. O estudo é caracterizado como bibliográfico, já que se utiliza da literatura já estudada e trabalhada por outros autores acerca dos assuntos citados.

Moresi (2003) descreve pesquisa qualitativa como sendo o processo que não requer o uso de métodos ou técnicas estatísticas, o ambiente natural é fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave, é descritiva.

Como objeto de pesquisa, foi realizado um estudo de caso utilizando as informações contidas no Relatório Social publicado em 2015 da EDP e os aspectos que decorrem de sua atividade operacional, onde foram analisados os seguintes indicadores e investimentos socioambientais: emprego, formação, relações laborais, prevenção e segurança, comunidade, reciclagem, reaproveitamento, consumo de água, emissão de gases de efeito estufa e disposição de resíduos.



A EDP é uma empresa global de energia, presente em quatro continentes e 14 países, empresa que ocupa uma posição significativa no panorama energético mundial, com mais de 11 mil colaboradores em todo o mundo de 28 nacionalidades, desenvolvendo suas atividades nas áreas de produção, comercialização e distribuição de eletricidade, promove a evidencição dos indicadores e investimentos socioambientais, tendo seus indicadores avaliados pelo índice *Dow Jones Sustainability*, alinhados com as diretrizes da *Global Reporting Initiative*, GRI G4 e pelo Índice de sustentabilidade empresarial - ISE da BM&F Bovespa (EDP, 2014). Foram utilizados relatórios sociais e de sustentabilidade divulgados pela EDP com informações relativas ao período de 2012 á 2014. A pesquisa quanto ao objeto é de cunho exploratório de natureza descritiva, correlacionando fatos e fenômenos, no que tange os assuntos ambientais e aplicabilidades no tema proposto.

4. Análise De Dados

Primeiramente, verificou-se a existência de evidencição em relatórios sociais e de sustentabilidade, posteriormente, constatou-se a existência de evidencição no site da empresa. Após um estudo da evidencição dos indicadores e investimentos socioambientais nos dois relatórios divulgados em 2015, é apresentada, na sequência, a análise das informações coletadas nessas duas fontes. Finalmente, apresenta-se um breve estudo individual dos indicadores selecionados.

4.1 Indicadores E Investimentos Sociais

O quadro 1, refere-se a dados do relatório social EDP (2014) apresenta o desempenho ambiental e social, no período de 2012 a 2014, podendo constituir uma referência para a avaliação do desempenho de sustentabilidade nos períodos futuros.

Quadro 1 – Evolução dos indicadores e investimentos sociais entre 2012 e 2014.

Unidades		2014	2013	2012
EMPREGO				
Colaboradores	#	11.798	12.171	12.275
Colaboradores Femininos	%	23	23	22
Índice de rotatividade	%	6	6	6
Idade média dos trabalhadores	Anos	46	46	46
Custo com pessoal	Mil €	581.512	583.231	582.197
Benefícios Sociais	Mil €	54.512	55.285	89.340
FORMAÇÃO				
Total de horas de formação	Horas	516.659	410.734	503.272
Vol. Médio de form. por colab.	h/p	44	34	41
Colaboradores com formação	%	95	86	88
Custos totais com formação	Mil €	9.687	7.930	10.354
Produtividade do trabalho	€/h	236	220	221

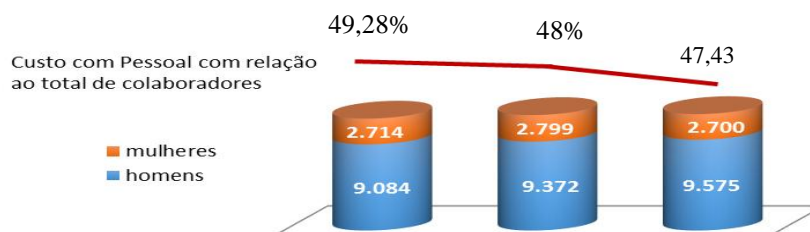


RELAÇÕES LABORAIS				
Acordos coletivos de trabalho	%	92	82	83
Sindicalização	%	48	38	51
Estruturas sindicais	#	29	37	36
PREVENÇÃO E SEGURANÇA				
Acidentes em serviço	#	33	42	38
Acidentes mortais em serviço	#	0	4	5
Total de dias perdidos resultante de acidentes	#	2.496	2.725	109
Índice de frequência EDP		2	2	2
Índice de gravidade EDP		119	128	109
COMUNIDADE				
Investimento Social	M/€	26	27	17

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados evidenciados no Relatório Social EDP (2014),

No ano 2012, deu início uma tendência para a diminuição do número de colaboradores da entidade, com uma discreta diminuição de 3,07% de 2013 para 2014. No que tange a diversidade, não foi registrada uma variação significativa. A idade média dos colaboradores e o índice de rotatividade não alteraram entre os períodos. O custo com pessoal em M/€ foi crescente de 2012 á 2013, e em 2014 diminuiu, este fato se deu pelo decréscimo do número de colaboradores retratados inicialmente, porém, o custo com pessoal em relação ao total de colaboradores foi divergente, pois em 2012 o total de colaboradores eram 12.275 e o percentual com relação ao custo era 47,43%, em 2014 o número de colaboradores reduziu e o custo com pessoal aumentou para 49,28%. Usando como parâmetro o total de colaboradores, os benefícios sociais eram 7,3% em 2012, reduziu para 4,5% em 2013, finalizando com 5% em 2014.

Gráfico 3- Distribuição dos dados relativos a emprego.



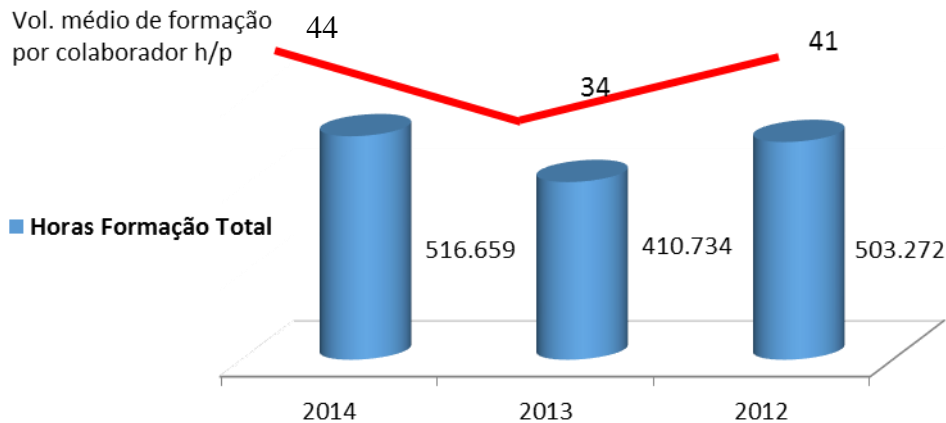
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados evidenciados nos relatórios sociais e de sustentabilidade EDP (2014).

Quanto à formação, este indicador apresentou uma evolução bastante significativa, mesmo reduzindo 18,39% de 2012 para 2013, aumentou 20,6% o número total de horas no exercício de 2014 com relação a 2012, ficando o montante de 44 horas de



formação por colaborador. Com relação aos custos totais com formação, o ápice se deu no ano de 2012, estando ligado diretamente ao número de colaboradores, sendo maior também neste ano. Colaboradores com formação aumentaram 8% de 2012 para 2014, porém os custos totais com formação diminuíram neste mesmo período, podendo ser comprovado no gráfico abaixo. A produtividade do trabalho em 2014 foi superior aos anos anteriores.

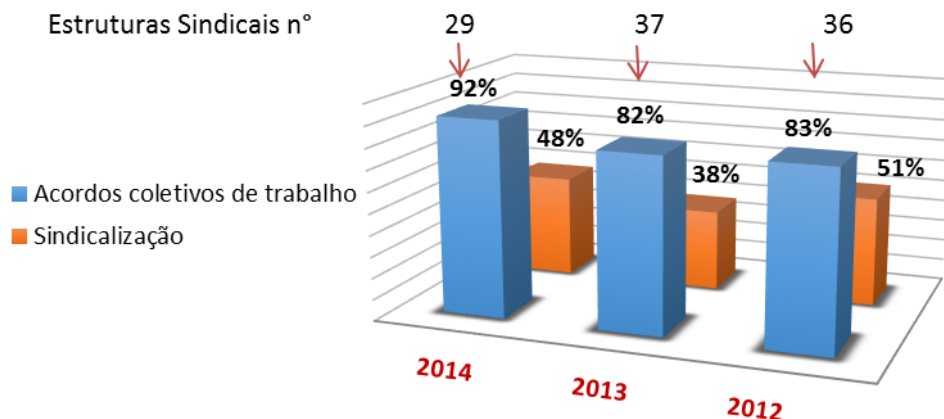
Gráfico 4 – Distribuição de dados relativos à formação.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados evidenciados nos relatórios sociais e de sustentabilidade EDP (2014).

Os Indicadores relativos a relações laborais apresentaram variações. Os acordos coletivos de trabalho aumentaram 10,84% de 2012 para 2014. Houve uma redução na sindicalização e estruturas sindicais neste mesmo período, sindicalização 6,25% e estruturas sindicais 24,14%.

Gráfico 4 – Distribuição de dados relativos à relações laborais



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados evidenciados nos relatórios sociais e de sustentabilidade EDP (2014).

Segundo o relatório social EDP (2014) a implantação de práticas de segurança mais rígidas foi prioridade no ano de 2014, não apresentando acidentes mortais em serviços, e reduzindo em 21,43% o número de acidentes em serviços no ano de 2014 com relação ao ano anterior. Não houve alteração no índice de frequência EDP e variação significativa no índice de gravidade EDP. Porém o total de dias perdidos resultante de acidentes apresenta uma variação expressiva, em desacordo com o total de acidentes em serviço registrados, sendo em



2012 2,87%, evoluindo para 65,88% no ano posterior e por fim, 75,64% em 2014. De acordo com o relatório social EDP (2014) os investimentos sociais cresceram 37,4% de 2012 para 2013, não existindo variação significativa de 2013 para 2014.

Os índices sociais descritos no relatório social EDP 2014, foram reconhecidos internacionalmente, com a manutenção da liderança mundial da empresa nos índices *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World)* e *Dow Jones Sustainability Europe Index (DJSI Europe)*, sendo comprovada a consolidação das boas práticas que a entidade tem implementado transversalmente e nas diferentes perspectivas de sustentabilidade: Econômica, ambiental, social, governo e sociedade. EDP (2014).

4.2 investimentos e Indicadores Ambientais

Quadro 2- Demonstra a evolução dos investimentos e indicadores ambientais entre 2012 e 2014.

		2014	2013	2012
INVESTIMENTOS E GASTOS AMBIENTAIS				
Eliminação de resíduos	R\$ Milhões	0	0,04	0,98
Tratamento de emissões	R\$ Milhões	0,31	0,12	0,40
Despesas de remediação	R\$ Milhões	3,55	4,26	0
Custos de prevenção	R\$ Milhões	14,14	25,6	13,26
Despesas de gestão ambiental	R\$ Milhões	5,71	29,58	10,46
INDICADORES AMBIENTAIS				
RECICLAGEME REAPROVEITAMENTO - EDP BANDEIRANTES + EDP ESCELSA				
Medidores	%	43	64	174
Transformadores	%	124	148	304
Ferragens	%	39	ND	ND
Outros	%	128	ND	ND
CONSUMO DE ÁGUA				
Água Subterrânea	(m³)	26.627	48.041	44.852
Água de concessionárias municipais e outras fontes públicas *	(m³)	5.820.066	75.908	58.598
Água de superfície	(m³)	51.293	25.501	20.037



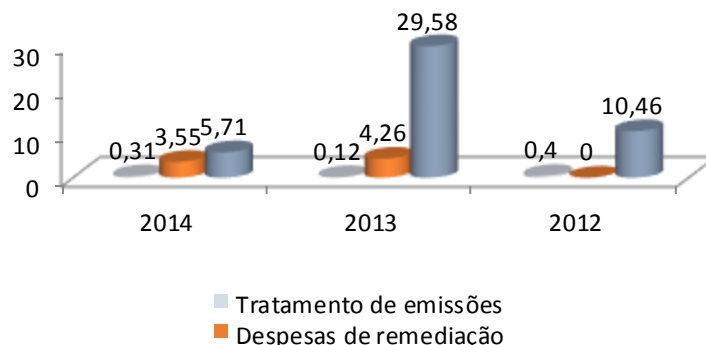
Água engarrafada	(m ³)	209	94	79		
EMIÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA						
Emissões diretas*	(T CO ₂ e)	1.836.107,99	6.202,41	5.248,63		
Emissões Indiretas*	(T CO ₂ e)	501.479,16	345.284,35	142.905,84		
Outras emissões indiretas*	(T CO ₂ e)	3.584.987,79	2.490.755,86	2.126,19		
DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS (Toneladas)						
PERIGOSOS		Sim	Não	Sim	Não	Sim
Reciclagem		882,59	11.434,91	1.858,44	15.805,06	0
Coprocessamento		0,5	0	6,92	0	27,62
Descontaminação		8,13	0	54,21	0	26,59
Refino		0	0	49,01	0	62,64
Aterro Sanitário		0	0	0	0	0
Incineração		0	0	0,2	0	0,02

*Inclusão da termelétrica de Pecém ocasionou um aumento significativo em 2014.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados evidenciados no Relatório de Sustentabilidade EDP (2014), publicado no site oficial da empresa.

A análise do gráfico 5 evidencia uma redução de 30% no ano de 2012 para 2013 no tratamento de emissões, contudo, esta redução não prosseguiu e em 2014 houve um aumento de 38,7% com relação ao ano anterior. A eliminação de resíduos era de R\$ 980.000 mil em 2012, reduzindo para R\$ 40.000 mil em 2013, não apresentando valores em 2014. As despesas de remediação e de gestão ambiental foram mais elevadas em 2013, este fato se deu pela identificação de despesas ambientais após a implantação do sistema de gestão ISO 4001.

Gráfico 5 – Dados relativos a investimentos e gastos ambientais.



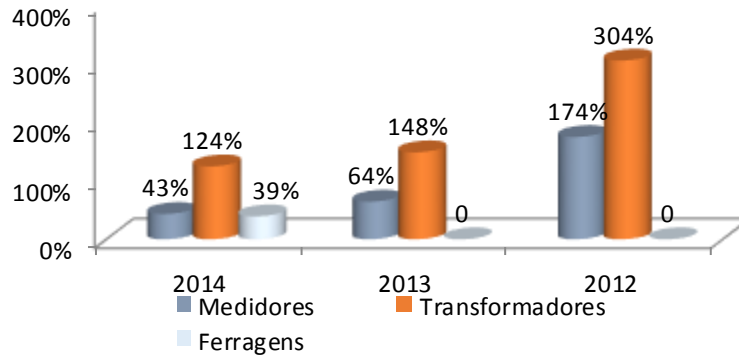
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados evidenciados nos relatórios sociais e de sustentabilidade EDP (2014).

Com relação ao reaproveitamento e reciclagem, o gráfico 6 demonstra que em 2014 os números sofreram um decréscimo com relação aos anos anteriores, com exceção de ferragens e outros, que não tiveram os valores identificados nos anos de 2012 e 2013. Com o



passar do tempo a empresa vai adquirindo expertise em sua atividade operacional, otimizando o aproveitamento de materiais e diminuindo assim a quantidade a ser reciclada.

Gráfico 6- Distribuição de dados relativos ao reaproveitamento e reciclagem.

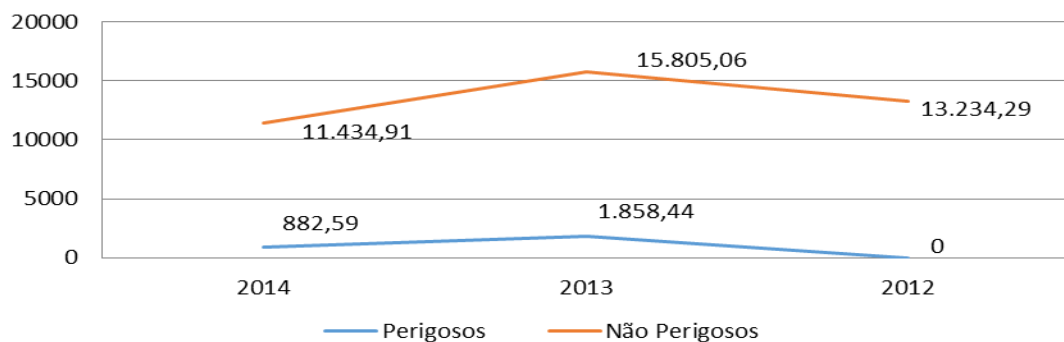


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados evidenciados nos relatórios sociais e de sustentabilidade EDP (2014).

O consumo de água de maior relevância e distorção em comparação aos outros anos analisados foi o de concessionárias municipais e outras fontes públicas, onde foi notado um aumento considerável de R\$75.908 em 2013 para R\$5.820.066 em 2014, uma diferença de 7.667%, tal aumento é justificado pela inclusão de uma Termelétrica (Energia Pecém) á holding EDP.

Com relação disposição de resíduos, a reciclagem de materiais perigosos, foi iniciada em 2013, em 2014 houve uma redução de 47,50% na reciclagem de tais materiais. Com relação a reciclagem de produtos não perigosos, a maior alteração ocorreu em 2014, onde foi identificada uma redução de 27,65% com relação ao ano anterior. Os demais indicadores de disposição de resíduos descritos na figura 3, não registraram materiais não perigosos.

Gráfico 7- Distribuição de dados relativos à disposição de resíduos (Toneladas)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados evidenciados nos relatórios sociais e de sustentabilidade EDP (2014).

Pode-se observar um aumento relevante nas emissões diretas, indiretas e outras emissões indiretas de gases de efeito estufa, porém, a elevação é justificada pela inclusão de outras empresas ao grupo no período de 2012 a 2014 e especialmente da termelétrica Energia Pecém ao grupo em 2014, empresa está que utiliza a queima de carvão mineral como combustível para impulsionar suas turbinas e assim gerar energia.



5 Considerações Finais

O objetivo geral deste trabalho repousa em analisar as informações relativas à evidenciação dos indicadores e investimentos socioambientais de uma holding no setor energético no período de 2012 a 2014. Neste sentido, buscou-se relatar a importância da contabilidade ambiental como ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico, evidenciando o posicionamento da legislação e dos órgãos reguladores das empresas do setor energético, com um enfoque no papel do profissional contábil diante destas questões, visando suportar a proposição do trabalho.

Evidenciou-se que os indicadores ambientais ajudam a fornecer parâmetros sobre as questões ambientais, se os objetivos estabelecidos foram alcançados, simplificando para as partes envolvidas o processo de comunicação, sendo importante para o apoio à gestão e transparência das ações executadas, permitindo monitorar a eficiência dos sistemas.

Diante disso, constatou-se que os dados evidenciados pela EDP em 2015 relativos ao período de 2012 a 2014 através dos relatórios sociais e de sustentabilidade divulgados, atenderam às expectativas, gerando informações satisfatórias, permitindo a produção de análises que foram expostas em gráficos e quadros.

Constatou-se após a leitura do relatório social EDP 2014, uma diminuição contínua no número de colaboradores no período de 2012 a 2014, contudo, o custo com pessoal em relação a quantidade de funcionários cresceu de 47,43% em 2012, para 49,28% em 2014. O total de dias perdidos resultante de acidentes ligados ao número de acidentes em serviço seriam outros indicadores que evidenciaram números significativos, apresentando em 2012 38 acidentes em serviço com um total de 109 dias perdidos, ou seja, 2,87%, evoluindo para 65,88% no ano posterior e por fim, 75,64% em 2014.

Ao analisar o relatório de sustentabilidade EDP 2014, verificou-se que em 2014 não houve investimento em eliminação de resíduos e a despesa com gestão ambiental foi reduzida 45,41% no período de 2012 a 2014. Com relação aos indicadores ambientais, uma situação peculiar é observada no consumo de água de concessionárias municipais e outras fontes públicas, registrando em 2014 um aumento de 7.667% em relação aos anos anteriores, segundo a EDP (2014) o aumento é justificado pela inclusão dos dados da termelétrica Energia Pecém ao relatório de sustentabilidade em questão. Já o indicador relativo a disposição de resíduos, apresentou a reciclagem como único item que possuía materiais perigosos e não perigosos, os demais itens: Co-processamento, descontaminação, refino, aterro sanitário e incineração, possuíam apenas materiais perigosos.

A análise nos relatórios sociais e de sustentabilidade EDP (2014) buscou demonstrar que, com o registro dos indicadores, especialmente aqueles relacionados com as questões socioambientais, a entidade pode adotar decisões estratégicas de tal forma que, preservando o meio ambiente, pode economizar tempo, recursos e gerir maior credibilidade para seu empreendimento.

Outro ponto importante refere-se à forma como as empresas, governo e sociedade tratam as questões ambientais, onde a contabilidade ambiental tornou-se uma importante ferramenta para ajudar as empresas a possuir uma boa imagem em um mercado cada vez mais preocupado com o posicionamento das empresas frente estas questões.

É necessário salientar, que a evidenciação não foi completa, ficando a pesquisa limitada pelas informações relativas a investimentos socioambientais não estarem atreladas às demonstrações contábeis, as informações referentes a estes investimentos, estando segregadas ao balanço patrimonial, dariam maior confiabilidade aos dados que foram descritos nos relatórios sociais e de sustentabilidade.



Ao decorrer deste trabalho surgiram novas possibilidades para novas pesquisas. As duas principais questões são: a mensuração e registro de ativos ambientais no balanço patrimonial e a evidenciação destes nos relatórios de sustentabilidade com o objetivo de gerir informações à entidade e aos *stakeholders* sobre as aplicações patrimoniais utilizadas na manutenção, preservação e recuperação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

DA COSTA, Carlos Alexandre Gehm, Contabilidade ambiental: Mensuração, evidenciação e transparência. Ed. Atlas, 2012.

DOS SANTOS, Maria Gorete; AMORIM, Emerson Luis Nascimento; PIRES, Miriam Albert (2007). Co – geração de energia elétrica, através da recuperação da LDG na CST: Uma análise das informações contábeis. Artigo – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES.

VAREJÃO, Mônica; HOLLANDA, Lavínia; VIGNOLI, Felipe; LINS, Clarissa- Caderno Catavento e FGV Energia: Energia e Sustentabilidade. Desafios do Brasil na expansão da oferta e na gestão da demanda (2014). Acesso em 04 de Mai 2015. Disponível em: <http://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/caderno_fgvcatavento_sustent_ok_site_10_12_14.pdf>

LOUREIRO, Paulo Gerson Cayres – Dissertação de mestrado- UFRJ (2009). Acesso em 04 de Mai 2015. Disponível em :<http://www.ppe.ufrj.br/ppes/production/tesis/loureiro_paulo.pdf

MOTA, Ana Cristina Ramos – Dissertação ISG (2013) Lisboa - Redes Energéticas Inteligentes – Gestão eficiente da procura. Acesso em 05 de Mai 2015. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/7228/1/Dissertação_Ana_Mota.pdf

Electricity Information (2014) – Publicado pela IEA- International Energy Agency. Acesso em 07 de Mai 2015. Disponível em: http://www.iea.org/bookshop/645-Electricity_Information_2014

Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (2014) – Ministério de Minas e Energia. Acesso em 06 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1432059/PDE+2023+%28PDF%29/f63b46f4-c9a0-4294-974e-ff2def8d67c8?version=1.1>

Eletrobrás -Na trilha da Energia (2014) acesso em: 05 de jun de 2015. Disponível em: <http://www.eletrobras.com/elb/natrilhadaenergia/energiaeletrica/services/eletrobras/trilhaenergia/pdfs/como-a-energia-eletrica-e-gerada-no-brasil.pdf>

FERREIRA, Aracéli Cistina de Sousa. Contabilidade Ambiental: Uma informação para o desenvolvimento sustentável, (2011) 3º Edição /Ed. Atlas.

FREITAS, Cláudia C. de oliveira; STRASSBURG, Udo. Evidenciação das Informações Ambientais nas Demonstrações Contábeis de Empresas do Setor de Papel e Celulose Brasileiras. Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, artigo Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VIseminario/Artigos>>Paraná, 2006, acesso em: 26 de nov. 2014.



MONTEIRO, Paulo Roberto Anderson; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa: Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais, (2012) 2º Edição / Ed. Atlas.

MARION, José Carlos; DA COSTA, Rodrigo Simão. Revista Contabilidade e Finanças, on-line version, vol.18 no. 43 São Paulo Jan./Abr. 2007. Uniformidade nas evidenciações das demonstrações contábeis. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772007000100003 > acesso em : 01 ago. 2014 .

MORESI, Eduardo. Metodologia da Pesquisa. Universidade Católica de Brasília –UCB (2003) . Disponível em:<<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>> acesso em 03 de ago. 2014.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa, Características, Uso e Possibilidades. Sem 1996-USP. Artigo disponível em:<<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>> Acesso em: 27 de nov. 2014.

RIBEIRO, Maísa de Souza. Contabilidade Ambiental. 2º ed .SP: Saraiva , 2010 .

RIBEIRO, Maísa de Souza. Custeio de Atividades de Natureza Ambiental. Tese FEA/USP, 1998.

SILVA, Benedito Albuquerque da. Contabilidade e Meio Ambiente: Considerações Teóricas e Práticas sobre o Controle dos Gastos Ambientais. SP: Annablume/FAPESP, 2003.

SIQUEIRA, José Ricardo Maia. Contabilidade Ambiental e relatórios Sociais. (2012, p. 3) Ed. Atlas, 2º Ed.

UNCTAD – United Nations Conference on trade and development (Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento). Guidance Manual Accounting and Financial Reporting for Environmental. (2002). Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/iteeds4_en.pdf> Acesso em: 04 out 2014.

KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira, Revista Vista e Revista, on – line version, vol. 12, p. 71-92, Belo Horizonte, Dez 2001. Contabilidade ambiental como sistema de informação. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/184/178>> acesso em : 02 nov. 2014 .

BEUREN, Maria; DOS SANTOS, Vanderlei; GUBIANI, Ana – Artigo publicado pela FGV (2010) Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2010/artigos/E2010_T00020_PCN39244.pdf> Acesso em 09 Abr. 2015>.

Painel Nacional de Indicadores Ambientais-PNIA (2012)

Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/Banner/banner_pnia_2012.pdf> Acesso em: 06 Mai.2015

Referência da figura ISO4001, disponível em:

<<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/308/314>>



Acesso em: 07 Mai. 2015

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira – Artigo Disponível em:
<http://engepro.ufpel.edu.br/use/material_ensino/alj/2014_2/Adm_GestaoAmb/Passivo_ambiental.pdf . Acesso em: 21 Mai.2015>

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2011, p. 89-101, p. 64-65, p.153, p. 154 – 155, p.156.

Relatório Social 2014 EDP. Acesso em: 02 de Mai 2015 - disponível em:
<http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/PublicacoesRelatorios/EDPDocuments/EDP_Relatorio_Social_2014.pdf>

Relatório de Sustentabilidade 2014 EDP. Acesso em: 18 de Abr. 2015

Disponível em:
http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/PublicacoesRelatorios/EDPDocuments/RC_EDPBrasil_2014.pdf

LIMA, Edyane Silva de – Os Indicadores Ambientais como Parâmetros de Melhorias da Qualidade de Vida. Acesso em: 03 de Jun 2015- Disponível em: [http://cac-
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss33.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss33.pdf)

RIBEIRO, Wagner Costa- Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. Estudos Avançados, 2010.